





## Área destruída em 1967 foi reocupada em Caraguá, São Paulo

Mais de 40 anos depois, áreas de risco afetadas na época estão novamente ocupadas por invasões

AE | 19/01/2011 09:36

A+ A-

  Cadastre-se para ver o que seus amigos recomendam.

Compartilhar:   



A cidade de Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo, foi em boa parte destruída por uma catástrofe causada pelas chuvas em 1967, semelhante à ocorrida na região serrana do Rio de Janeiro na última semana. Mais de 40 anos depois, áreas de risco afetadas na época estão novamente ocupadas por invasões. São os casos do Bairro do Rio do Ouro, Caputera e Benfica.

### Leia também:

- [Sobe número de mortos pelas chuvas no Rio](#)
- [Chuvas causam maior tragédia natural do País](#)
- [Veja a previsão do tempo para a sua cidade](#)

O município tem hoje 19 áreas de risco e 29 imóveis com risco muito alto de desabamento, um problema que se repete em todas as cidades do litoral norte. São pessoas que foram para a região em busca de moradia fácil e dos empregos

gerados pelo turismo. Em Caraguatatuba também cria expectativa de riqueza a nova fábrica de gás da Petrobrás.

A Prefeitura calcula que 800 pessoas vivam nessas áreas. A maioria delas no Bairro do Rio do Ouro, outrora destruído, e em outra invasão mais recente conhecida como Canta Galo. O secretário de Trânsito e Defesa Civil da cidade, Eugênio Campos Júnior, afirma que houve uma "inércia de todo o sistema". "Trabalhei em São Sebastião e há autos de infração que a gente aplicou há 20, 25 anos, nos primeiros desmatamentos. Hoje, nesses locais, há favelas. Não foi por falta de autuação. O Estado é muito grande e o município muito lento. Tirar uma pessoa de uma área de risco depois que ela se instalou é difícil", afirma ele, que assumiu o posto em Caraguatatuba no ano passado.

O governo municipal tenta fazer com que esse número não aumente e vá diminuindo aos poucos. A cidade aposta na criação de Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis) para poder regularizar algumas moradias e eliminar outras. Para isso, porém, é necessário a aprovação do Plano Diretor, o que não ocorreu ainda. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.